



## Representação 4.0 | Em meio à crise, política se adapta ao mundo digital



O dia 20/03/2020 ficou marcado na história pela primeira sessão virtual de um parlamento no mundo, realizada pelo Senado Federal. A inovação foi adotada, na semana seguinte, pela Câmara dos Deputados, e deve ser a tônica das deliberações legislativas pelo menos até os próximos meses, enquanto durar o período de isolamento social mais restritivo no País. O trabalho remoto também foi adotado em larga escala nos Tribunais Superiores e na Esplanada dos Ministérios, com exceção das atividades e cargos descritos como essenciais por cada Pasta. A mudança de paradigma, apesar de ter sido catalisada pelas restrições advindas da crise, pode se tornar uma tendência que venha para ficar.

**Cooperativismo e mobilização virtual** – Neste novo contexto, a OCB foi, possivelmente, a primeira entidade a participar do processo de representação política inteiramente virtual na Câmara dos Deputados. Por meio digital, a entidade atuou junto à Frecoop e ao Governo Federal para adequar o projeto que instituiu, em caráter excepcional, a distribuição de gêneros alimentícios da agricultura familiar a pais ou responsáveis de alunos de escolas públicas do ensino básico, durante a sessão que inaugurou a votação remota na Câmara.

**Mais digital, mais polarizado** – Uma outra tendência, ainda pouco difundida, mas que pode ser bastante perceptível com o avançar dos meses de isolamento social, é o possível aumento da polarização política em todo o mundo. A restrição do convívio social no trabalho e em diversas outras atividades cotidianas deverá reduzir o convívio das pessoas em bolhas de redes sociais, levando-as a ideias e comportamentos menos heterogêneos e, logo, a estarem menos abertas ao diálogo de opiniões diferentes. Este cenário desperta atenção do ponto de vista político, pois reforça a possibilidade de surgimento ou fortalecimento de discursos mais radicais, que tentem se aproveitar do conflito entre grupos de interesse para se fortalecer nas redes.



## Números da semana

140	Proposições tramitando no Congresso Nacional sobre Covid-19 até o dia 31/3
63	Pleitos do cooperativismo priorizados e sistematizados até o momento
13	Pleitos priorizados pelo Sistema OCB já foram atendidos pelo governo
53	Medidas já tomadas pelo governo com impacto positivo para o cooperativismo

## Análise do atual contexto

**Solavanco da agenda pública:** O coronavírus pegou em cheio a agenda econômica de reformas estruturantes que vinha sendo proposta pelo governo e discutida no Congresso Nacional. Se por um lado, o pêndulo das tomadas de decisões avançou gradativamente nos últimos anos para a diminuição da máquina pública e corte de políticas públicas afirmativas, agora o governo se vê pressionado a adotar medidas na direção oposta, com o objetivo claro de injetar recursos de grande montante na saúde pública e para resguardar a economia como um todo, tendo em vista a população socialmente mais vulnerável, trabalhadores informais e assalariados, bem como o próprio setor produtivo. As medidas anunciadas pelo governo brasileiro até o momento têm sido avaliadas como tímidas por analistas políticos e econômicos, se comparadas a países como os Estados Unidos, que já anunciaram um pacote de mais de \$ 2 trilhões para fortalecer a economia, podendo chegar a mais de 10% do PIB americano. A perspectiva é que países emergentes, como o Brasil, tenham mais dificuldades para garantir valores acima de 4% do seu PIB. Além disso, conta com ponto de preocupação a necessidade de combate a desafios públicos ainda mais complexos em comparação com países de primeiro mundo, como maior desigualdade social e sistemas de saúde pública e de saneamento básico com diversas lacunas, o que, paradoxalmente, leva à maior necessidade de investimento.

**Propostas em discussão e em fase de implantação:** Em anúncio feito pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, no dia 31/03, o governo estaria trabalhando em um pacote de até R\$ 750 bilhões para injetar na economia, com o compromisso que o setor produtivo mantenha os empregos. Nesta quinta-feira (02/04), o governo também anunciou proposta para adequar a Medida Provisória que autorizava a suspensão, por até quatro meses, de contratos de trabalho, durante o período de isolamento social, com a intenção de propor condicionantes e salvaguardas aos trabalhadores brasileiros e ao próprio setor produtivo, para que este tenha previsibilidade e garantias para manter os empregos. Neste sentido, a Medida Provisória 936/2020 possibilita a redução salarial e redução proporcional de jornada e salários, por 90 dias, nas faixas de 25, 50 ou 70%, respectivamente. Nesta mesma página, foi anunciada recentemente a abertura de linha



de crédito voltada a pequenas empresas, para que essa possam custear sua folha de pagamentos por até dois meses, com taxa de juros mantida em 3,75 ao ano. Por fim, nesta semana, foi aprovado no Congresso o PL 1.066/2020, que prevê o auxílio emergencial de R\$ 600 para trabalhadores informais de baixa renda durante a pandemia do novo coronavírus, limitado a duas pessoas da mesma família. A matéria foi sancionada ontem, dia 01/04, pela Presidência da República, com a retirada de dispositivo que previa a ampliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Segundo estimativa do governo, o auxílio deverá beneficiar 54 milhões de pessoas, com custo aproximado de R\$ 98 bilhões.

**Outros impactos para o cooperativismo:** Dada a necessidade de buscar respostas rápidas para conter a desaceleração econômica, algumas pautas incluídas no pacote do ministro Paulo Guedes “Plano Mais Brasil”, em tramitação no Congresso, perdem força, como a PEC que extingue fundos públicos infraconstitucionais e a PEC do Pacto Federativo. Por outro lado, ganham força as propostas que podem auxiliar o governo a buscar novas fontes orçamentárias em situações de crise, como a PEC Emergencial (PEC 186/2019), que autoriza o poder público a reavaliar benefícios tributários e creditícios em situações de dificuldade, como a atual, e que, portanto, precisam ser acompanhadas de perto pelo setor cooperativista para remediar possíveis impactos negativos para as cooperativas. Além disso, na noite desta terça-feira (31/3), o governo publicou a MPV 932/2020 que reduz em 50% as alíquotas das contribuições compulsórias do Sistema S até 30 de junho de 2020, durante o período previsto de maior isolamento social. A medida, com forte impacto para o Sescoop, foi publicada com força de lei, passa a tramitar por até 120 dias no Congresso Nacional.

**Importância de organização e priorização:** Em meio a diversos problemas e propostas na mesa, irão se destacar junto ao governo aqueles pleitos que estiverem mais organizados e amadurecidos. Com esse intuito, a OCB e a Frecoop estão mobilizadas, desde o início da crise gerada pelo coronavírus, para colher e priorizar os principais pleitos de diferentes regiões e ramos do cooperativismo, bem como no monitoramento da publicação de novos normativos de interesse do setor. Esta atuação tem sido fundamental para que os pleitos cooperativistas estejam sendo atingidos com maior eficiência e celeridade, como no caso da MPV 931/2020, que estabelece prazo de sete meses para realização de AGOs de cooperativas; do Decreto 10.305/2020, que reduz a zero, por 90 dias, a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações de crédito; da aprovação do PL 786/2020, que dará a continuidade da entrega de produtos alimentício da agricultura familiar para compras públicas; e como em diversas outros temas que têm sido remediados para estabelecer maior segurança jurídica e econômica às cooperativas, bem como garantir saúde e segurança aos cooperados, aos trabalhadores em cooperativas e à população como um todo.



**Comitê interministerial:** Em meio à crise, o Governo Federal tenta remediar o conflito interno entre suas principais lideranças gerado a partir do forte embate no direcionamento de propostas e ações para combater a crise do coronavírus. A mais perceptível delas até o momento aconteceu a partir desta segunda-feira (30/3), na mudança da condução de entrevistas coletivas do governo sobre o tema, antes administradas exclusivamente pelo ministro da Saúde, Mandetta, junto a sua equipe, e que passam agora a ser comandadas pelo Comitê interministerial, com a coordenação do ministro-chefe da Casa Civil, Braga Netto, e com a participação de outros ministros. Essa é uma sinalização do gradual distanciamento entre o ministro da Saúde e o presidente da República. Pressionado, Bolsonaro também tem demonstrado ressalvas à participação do ministro da Justiça, Sérgio Moro, e do ministro Paulo Guedes, da Economia, nas ações de combate à crise causada pela pandemia.

**Fator Trump:** Após anunciar que o país retornaria às atividades normais até a Páscoa (12/4), o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, estendeu as medidas de distanciamento social até o dia 30/4. Preocupado com sua popularidade, dado o forte avanço de casos e mortes relacionados ao coronavírus, Trump mudou o tom, anunciando um pacote econômico robusto, de mais de \$ 2 trilhões de combate ao coronavírus e a importância da manutenção do isolamento para conter a Covid-19. Além disso, remediou suas declarações em relação à China, que, de imediato, para ações conjuntas de combate à pandemia. A mudança de estratégia de Trump é, sem dúvida, uma variável importante para analisarmos quais serão os próximos passos de Bolsonaro, geralmente bastante alinhado às diretrizes estabelecidas pelo governo americano. Neste contexto, em pronunciamento realizado ontem (31/3), Bolsonaro evitou ataques diretos a governos estaduais e municipais, bem como no embate em relação ao isolamento social, tendo foco no atendimento à saúde pública, no combate ao desemprego e no resguardo a trabalhadores formais e informais.

**Link para edições anteriores:**

[1ª Edição - A aposta de Bolsonaro e seus possíveis impactos na política nacional](#)